

Curitiba 23 de Março de 2023.

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Ao
Banco Central do Brasil
Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig)

Em atendimento à Circular Nº 3.964 de 25/09/2020 e demais normas vinculadas, a empresa Servopa Administradora de Consórcios Ltda, inscrita sob. CNPJ: 76.515.071/0001-99 vem por meio deste disponibilizar as seguintes informações:

- Relatório da administração;
- Relatório da Auditoria Independente;
- Balço Patrimonial;
- Demonstração de Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Recursos de Consórcios Consolidada;
- Demonstração de Variações nas Disponibilidades de Grupos Consolidada;
- Notas Explicativas;

Informamos que em 20/04/2023, as demonstrações financeiras foram publicadas no site da instituição, endereço:

<https://www.consorcioservopa.com.br/demonstrativos-financeiros>

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Como responsáveis pelo conteúdo destes documentos, declaramos que estes representam cópia fiel das demonstrações financeiras auditadas e disponibilizadas no site eletrônico da instituição.



Anya S. Voswinkel Celestino
SÓCIA QUOTISTA



Jorge Korgut
CONTADOR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores cotistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa para os exercícios findos nesta data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de Dezembro de 2022 e consolidada das variações nas disponibilidades dos grupos dos exercícios de 2022 e 2021. Estas demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Servopa Administradora de Consórcios tem como objetivo a venda de cotas de grupos de consórcio de bens moveis e imóveis e opera no ramo de administração de grupos de consórcio a mais de 50 anos.

Destaque do ano de 2022

- A Instituição administrou no exercício de 2022 39 grupos de imóveis e 170 grupos de bens móveis.
- No exercício de 2022 acumulou um total 56.589 consorciados ativos
- O lucro líquido do exercício foi de R\$ 21.759 milhões
- O montante das receitas de taxa de administração foram de R\$ 131.200 milhões.

Governança Corporativa

A Servopa Administradora está alinhada às práticas avançadas de governança corporativa e, no seu modelo de processo decisório, possui comitês de gestão que deliberam de forma colegiada os assuntos relevantes.

Compromissos com as regulamentações do setor.

- As operações da Servopa Administradora de Consórcios estão em conformidade com os preceitos obrigatórios emanados pelas autoridades reguladoras e fiscais.
- No decorrer do exercício de 2022 a Instituição mantém em conformidade com a lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e circulares do Banco Central sobre Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo.

Agradecemos nossos clientes consorciados pela confiança e credibilidade demonstrados, aos nossos colaboradores e nossos parceiros representantes, pela contínua dedicação, profissionalismo e compromisso com que conduziram suas atividades à estratégia de negócios da administradora.

Curitiba, 23 de Março de 2023.

Os Administradores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Cotistas de
SERVOPA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
Curitiba - PR

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da SERVOPA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SERVOPA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a posição patrimonial e financeira dos grupos de consórcios e as movimentações dos seus recursos para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE

Adoção da Resolução BCB nº 120/2021

Chamamos atenção para as notas explicativas nº 6, 14 e 23 às demonstrações financeiras, que apresenta o efeito das mudanças nas políticas contábeis adotadas pela SERVOPA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA em decorrência da adoção da Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021. A resolução dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas administradoras de consórcio e recepcionou o pronunciamento técnico CPC47 – Receita de Contrato com o Cliente. Diante disto, as receitas de taxa de administração dos grupos de consórcios passam, de maneira prospectiva a partir de dezembro de 2022, a ser reconhecidas com base nas transferências dos serviços prestados aos clientes, diferentemente do reconhecimento até então, que se dava pelo efetivo recebimento financeiro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 23 de março de 2023.

GERO FOERSTER
Contador CRC/RS51931

CONFIDOR AUDITORES ASSOCIADOS CRCRS
2.209/T/SP/F/RS

Member of



RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)			
ATIVO			
CIRCULANTE	Nota	31/12/2022	30/06/2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	47.459	78.770
Títulos e valores mobiliários	5	23.290	21.358
Contas a receber	6	6.127	2.697
Impostos a recuperar	7	2.808	1.198
Impostos diferidos	8	14.102	11.165
Recursos pendentes de recebimento		-	7.346
Outros créditos		942	743
Despesas antecipadas		26	17
Total do circulante		94.754	123.294
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
- Depósitos judiciais	9	5.140	4.530
- Títulos e valores mobiliários	5	235	212
Investimentos	10	239	164
Imobilizado	11	5.950	4.370
Total do não circulante		11.564	9.276
COMPENSAÇÃO			
Recursos de consórcio a utilizar, utilizados e previsão mensal a receber de consorciados		18.382.342	16.147.777
Recursos de consórcio – grupos encerrados		40.140	-
Remuneração do capital aos quotistas		37.139	-
Total da compensação		18.459.621	16.147.777
TOTAL DO ATIVO		18.565.939	16.280.347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)			
PASSIVO			
CIRCULANTE	Nota	31/12/2022	30/06/2021
Obrigações trabalhistas		3.180	3.602
Obrigações tributárias	12	1.955	2.747
Recursos pendentes de recebimento		-	7.346
Recursos não procurados		8.230	23.020
Provisão para comissões	13	17.533	11.026
Partes relacionadas		2.000	-
Taxa de administração antecipada	14	3.129	-
Outras contas a pagar	15	1.246	2.559
Total do circulante		37.273	50.300
NÃO CIRCULANTE			
Obrigações tributárias	12	5.073	4.453
Impostos diferidos	16	1.064	-
Provisão para perdas	17	23.943	21.813
Total do não circulante		30.080	26.266
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social		7.430	7.430
Reserva de capital		457	457
Reservas de lucros		31.078	48.117
Total do patrimônio líquido		38.965	56.004
COMPENSAÇÃO			
Recursos de consórcios coletados normais e contribuições de consorciados a receber mês		18.459.621	16.147.777
Total da compensação		18.459.621	16.147.777
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.565.939	16.280.347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais)				
	Nota	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	20	58.573	114.099	105.099
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS OPERACIONAIS)		(46.004)	(81.699)	(61.911)
Despesas gerais e administrativas		(18.362)	(39.654)	(35.130)
Despesas de vendas		(39.730)	(65.355)	(46.316)
Resultado financeiro líquido	21	12.126	23.376	19.575
Outras receitas e despesas, Líquidas	22	(38)	(66)	(40)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		12.569	32.400	43.188
Irpf e Csl – correntes	23	(4.859)	(12.514)	(13.999)
Irpf e Csl – diferidos	23	1.103	1.873	7.141
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		8.813	21.759	36.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em milhares de reais)			
	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	8.813	21.759	36.330
Outros resultados abrangentes	0	0	0
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	8.813	21.759	36.330
Participação no resultado Abrangente	2º Exercício 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Controladores	8.813	21.759	36.330
Não controladores	0	0	0
Total das participações	8.813	21.759	36.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)					
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS	LUCRO DO EXERCÍCIO	TOTAL
SALDO EM 31/12/2020	7.430	457	36.694	-	44.581
Distribuição de Lucros			(22.768)		(22.768)
Pagamento de JCP			(2.139)		(2.139)
Lucro líquido do Exercício				36.330	36.330
Destinações do resultado do exercício					-
- Transferência para reserva de lucros			36.330	(36.330)	-
SALDO EM 31/12/2021	7.430	457	48.117	-	56.004
Distribuição de lucros			(35.000)		(35.000)
Lucro líquido do exercício				21.759	21.759
Destinações do resultado do exercício:					
- Pagamento de JCP			-	(3.798)	(3.798)
- Transferência para reserva de lucros			17.961	(17.961)	-
SALDO EM 31/12/2022	7.430	457	31.078	-	38.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de reais)				
	Nota	2º Sem 2022	Exerc. 2022	Exerc. 2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido ajustado				
Lucro líquido do exercício		8.813	21.759	36.330
(+) Depreciações	11	399	803	715
Total do lucro líquido ajustado		9.212	22.562	37.045
Varição do ativo				
Contas a receber	6	(3.453)	(3.430)	261
Impostos a recuperar	7 e 8	3.738	(4.547)	(7.299)
Recursos pendentes de recebimento		-	7.346	(1.665)
Depósitos judiciais		(304)	(610)	(563)
Outros Créditos		40	(199)	(23)
Despesas antecipadas		(9)	(9)	-
Total da variação do ativo		12	(1.449)	(9.289)
Varição do passivo				
Fornecedores				
Obrigações trabalhistas		(1.077)	(422)	384
Obrigações tributárias	12	(6.714)	(172)	1.442
Impostos diferidos	16	1.064	1.064	-
Recursos pendentes de recebimento		-	(7.346)	1.665
Recursos não procurados		368	(14.790)	37
Provisão para comissões	13	4.995	6.507	(810)
Provisão para passivos contingentes		1.378	2.130	(169)
Taxa de administração antecipada	14	3.129	3.129	-
Outras contas a pagar	15	(486)	(1.313)	655
Total da variação do passivo		2.657	(11.213)	3.204
Caixa líquido gerado pelas Atividades operacionais		11.881	9.900	30.960
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
(-) Aquisição de investimento	10	-	(75)	-
(-) Aquisição de imobilizado	11	(2.383)	(2.383)	(1.519)
(+) Baixa do imobilizado		1.213	-	727
Caixa aplicado nas atividades de Investimentos		(1.170)	(2.458)	(792)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Distribuição de lucros		-	(35.000)	(22.768)
Pagamento de JCP		(3.798)	(3.798)	(2.139)
Partes relacionadas		2.000	2.000	-
Caixa aplicado nas atividades de Financiamentos		(1.798)	(36.798)	(24.907)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		62.071	100.340	95.079
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		70.984	70.984	100.340
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		8.913	(29.356)	5.261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2022

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS (Em milhares de reais)		
	2º Semestre 2022	1º Semestre 2021
ATIVO		
CIRCULANTE	1.291.725	1.174.007
Disponibilidades	421.207	402.681
Depósitos bancários	3.172	1.207
Títulos e valores mobiliários	418.035	401.474
Outros créditos	870.518	771.326
Bens apreendidos ou retomados	446	611
Direitos junto a consorciados contemplados	870.072	770.715
Valores a receber	-	-
COMPENSAÇÃO	9.634.643	7.192.007
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	56.080	51.017
Contribuições devidas aos grupos	4.888.581	3.651.749
Bens e serviços a contemplar	4.689.982	3.489.241
TOTAL DO ATIVO	10.926.368	8.366.014
PASSIVO		
CIRCULANTE	1.291.725	1.174.007
Obrigações com consorciados	687.415	616.753
Valores a repassar	105.986	95.809
Obrigações com contemplações a entregar	399.593	375.670
Obrigações com a Administradora	319	300
Recursos a devolver a consorciados	74.291	63.615
Recursos dos grupos	24.121	21.860
COMPENSAÇÃO	9.634.643	7.192.007
Recursos mensais a receber de consorciados	56.080	51.017
Obrigações dos grupos por contribuições	4.888.581	3.651.749
Bens e serviços a contemplar	4.689.982	3.489.241
TOTAL DO PASSIVO	10.926.368	8.366.014
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS (Em milhares de reais)		
	2º Semestre 2022	1º Semestre 2021
DISPONIBILIDADES (SALDOS INICIAIS)		
Depósitos bancários	1.207	1.558
Aplicações financeiras	25.804	17.707
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	375.670	315.263
TOTAL DAS DISPONIBILIDADES INICIAIS	402.681	334.528
(+) RECURSOS COLETADOS		
Contribuições para aquisição de bens	789.637	724.649
Taxa de administração	131.754	120.719
Contribuições ao fundo de reserva	1.463	917
Rendimento de aplicações financeiras	39.383	12.718
Multa e juros moratórios	3.180	2.826
Prêmio de seguros	2.831	2.427
Outros	2.182.725	2.202.086
TOTAL DOS RECURSOS COLETADOS	3.150.973	3.066.342
(-) RECURSOS UTILIZADOS		
Aquisição de bens	(767.205)	(636.304)
Taxa de administração	(131.754)	(120.719)
Multa e juros moratórios	(1.590)	(1.413)
Prêmios de seguros	(2.791)	(2.379)
Devolução a consorciados desligados	(25.835)	(23.615)
Outros (rateios encerramento de grupos)	(2.203.272)	(2.213.759)
TOTAL DOS RECURSOS UTILIZADOS	(3.132.447)	(2.998.189)
DISPONIBILIDADES (SALDOS FINAIS)		
Depósitos bancários	3.172	1.207
Aplicações financeiras	18.442	25.804
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	399.593	375.670
TOTAL DAS DISPONIBILIDADES FINAIS	421.207	402.681
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O PERÍODO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022****(Em milhares de reais)****NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Sociedade tem como atividade a formação e administração de grupos de consórcios de bens móveis e imóveis.

NOTA 2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis da Sociedade foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para as atividades de administração de consórcios, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), atendendo ainda às normas e instruções do Banco Central do Brasil (Bacen) e do Plano de Contas das instituições Financeiras (COSIF).

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC requer que a administração da Sociedade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela Sociedade e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas.

As principais práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade, e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis é o seguinte:

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Receitas de contratos com clientes – Resolução BCB nº 120/2021

A Resolução trata dos critérios para o reconhecimento, mensuração e escrituração das receitas pelas empresas administradoras de consórcios.

A Circular BCB nº 2.381/1993 disciplinava que as receitas de taxa de administração deveriam ser contabilizadas pelo regime de caixa, ou seja, de acordo com o seu efetivo recebimento. Agora, por meio da referida Resolução BCB nº 120/2021, a adoção do CPC 47 está se tornando obrigatória e a contabilização das receitas será efetuada pelo regime de competência.

A empresa está adotando prospectivamente, a partir de dezembro de 2022, a contabilização pelo regime de competência de suas receitas. Assim, foram contabilizadas as receitas que ainda estavam pendentes de recebimento bem como os adiantamentos recebidos, seja por antecipação de parcelas, seja por contemplação por lance.

Os impactos dessa nova forma de contabilização estão demonstrados nas Notas Explicativas nº 6, 14 e 23.

Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização sendo que, quando aplicável, são acrescidos de rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. A Sociedade reconhece os ativos quando o recurso é controlado por ela, oriundo de eventos passados, que provavelmente irão gerar um benefício econômico futuro.

Investimentos

Registrados pelo valor de custo, líquidos da provisão para perda, quando necessária.

Imobilizado

Demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos dos impostos recuperáveis e da depreciação acumulada.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método das quotas constantes (exceto as imobilizações em andamento). As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na nota explicativa nº 11.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, é determinada: (a) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e (b) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso de aplicações a serem mantidas até o vencimento.

Instrumentos Financeiros – Resolução BCB nº 219/2022

A Resolução BCB 219/2022 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcios.

A adoção da referida Resolução é um processo que abrange diversas áreas e estruturas da Administradora. Para elaboração do plano de implementação da regulamentação contábil, foram avaliados o cenário atual das operações de consórcio e as respectivas demonstrações financeiras, objetivando quais os itens serão sensibilizados pela adoção da norma. Importante ressaltar que até 31/12/2022 ainda existem definições a serem emitidas pelo Banco Central e que podem gerar a necessidade de alteração/complementação do plano para implementação.

Em atendimento ao Artigo 67 da Resolução BCB nº 219/2022, a Administradora preparou um plano de implementação. Abaixo apresenta-se um resumo dos principais itens abordados no plano desenvolvido, aprovado pela diretoria da Administradora, a ser implementado até o dia 31 de dezembro de 2024:

- Capacitação da equipe;
- Classificação e mensuração dos ativos financeiros (Modelo de Negócio e Teste de SPPJ);
- Reclassificação dos ativos financeiros;
- Ativos com problemas de recuperação;
- Baixa dos ativos financeiros;
- Contabilidade de Hedge;
- Evidenciação.

Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, sendo que, quando aplicável, são acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. A Sociedade reconhece um passivo quando existe a obrigação legal na data do balanço, que vai proporcionar uma saída de caixa ou equivalente.

Atualização monetária e ajustes a valor presente de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até a data do balanço. A contrapartida dessas atualizações é refletida diretamente no resultado do exercício a que se refere.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários relevantes de curto e longo prazos são calculados, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis da Sociedade tomadas em seu todo. Calcula-se esse ajuste com base nos fluxos de caixa previstos e respectivas taxas de juros.

Provisão para perdas fiscais e cíveis

As provisões para perdas fiscais e cíveis são constituídas mediante avaliações de seus riscos e quantificadas com base em parecer jurídico sobre processos e outros fatos contingenciais conhecidos na data do encerramento do exercício. Tais provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação legal ou constituída como resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja requerida para liquidar a obrigação e o valor da provisão possa ser estimado de maneira confiável.

Imposto de renda e contribuição social sobre os lucros

As bases de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foram determinadas conforme o regime de tributação de lucro real anual. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela anual excedente a R\$ 240 mil. A contribuição social foi calculada à razão de 9% sobre o lucro tributável.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de sua realização.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Contas	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	14	5
Bancos	1.927	2.775
Aplicações financeiras	45.518	75.990
Total	47.459	78.770

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por aplicações de renda fixa, com mercado de liquidez de curto prazo e estão sujeitas às conversões imediatas em dinheiro por valores conhecidos e riscos reduzidos de mudanças de valor.

Instituição	Modalidade	2022	2021
Caixa Econômica Federal	Fundo Mega Referenciado DI	2.023	1.826
Banco Bradesco S/A	Fundo H FIRF REF DI CP LP	13.226	14.853
Banco Bradesco S/A	Fundo H FIRF DI LP TP	-	12.460
Banco Santander S/A	Fundo Institucional RF REF DI	-	3.374
Banco Santander S/A	CDB	2.597	-
Banco Safra S/A	Compromissada 103% CDI	-	1.262
Banco Safra S/A	Fundo Letra Financeira DI	-	2.320
Banco do Brasil	BB Amplo FICFI RF LP	995	896
Xp Investimentos	Renda Fixa FI RF CP	234	4.239
Banco Bradesco S/A	CDB	-	208
Xp Investimentos	CDB	1.864	1.689
Cotas de fundos de renda variável	Renda variável	2.705	8.149
Ubs Brasil Adm. de Valores	Athena I FI Multimercado - Crédito Privado	21.874	24.714
Total		45.518	75.990

NOTA 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Instituição	Modalidade	2022	2021
Ubs Brasil Adm. de Valores	Athena II FIC FIM CP	23.290	21.058
Xp Investimentos	Debêntures	235	512
Total		23.525	21.570

Segregação no balanço patrimonial	2022	2021
Circulante	23.290	21.358
Não circulante	235	212
Total	23.525	21.570

NOTA 6. CONTAS A RECEBER

Contas	2022	2021
Taxa de administração a receber	2.659	-
Cartões de crédito	121	82
Avisos bancários em trânsito	404	16
Aporte de recursos – grupos deficitários	1.744	1.741
Taxas a receber – grupos	869	544
Aporte de recursos – grupos em andamento	330	314
Total	6.127	2.697

NOTA 7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Contas	2022	2021
Imposto de renda a recuperar	2.648	1.198
CSL a recuperar	160	-
Total	2.808	1.198

Os saldos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) a recuperar estão demonstrados líquidos das respectivas provisões para IRPJ e CSLL a recolher apurados nos exercícios sociais de 2022 e 2021.

NOTA 8. IMPOSTOS DIFERIDOS

Contas	2022	2021
Imposto de renda	10.369	8.210
Contribuição social	3.733	2.955
Total	14.102	11.165

Os impostos diferidos são relativos ao imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) sobre as provisões temporárias de: (i) comissões futuras a pagar; (ii) Passivos contingentes (prescritos Bacen); (iii) Passivos contingentes (grupos ativos); e (iv) Contingências trabalhistas.

NOTA 9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Natureza dos depósitos	2022	2021
Trabalhista	5.018	4.399
Outros	122	131
Total	5.140	4.530

NOTA 10. INVESTIMENTOS

Contas	2022	2021
Propriedades para investimento	239	164
Total	239	164

NOTA 11. IMOBILIZADO

Contas	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 2022	Líquido 2021
Computadores	7.037	(5.575)	1.462	1.558
Móveis e utensílios	1.426	(839)	587	482
Consórcios em andamento	3.020	-	3.020	1.881
Imobilizações em andamento	-	-	-	-
Benfeitorias em propriedades de terceiros	676	(51)	625	449
Veículos	274	(18)	256	-
Total	12.433	(6.483)	5.950	4.370

A depreciação é calculada às seguintes taxas anuais:

Contas	Taxa
Computadores	20%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%

A movimentação das contas do imobilizado (custo e depreciação) no exercício de 2022 é apresentada a seguir:

Custos	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2022
Computadores	6.476	561	-	-	7.037
Móveis e utensílios	1.214	212	-	-	1.426
Consórcios em andamento	1.881	1.139	-	-	3.020
Benfeitorias em imóveis de terceiros	479	197	-	-	676
Veículos	-	274	-	-	274
Total	10.050	2.383			12.433

Depreciações	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2022
Computadores	(4.918)	(657)	-	-	(5.575)
Móveis e utensílios	(732)	(107)	-	-	(839)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(30)	(21)	-	-	(51)
Veículos	-	(18)	-	-	(18)
Total	(5.680)	(803)			(6.483)

Total geral	4.370	1.580	-	-	5.950
--------------------	--------------	--------------	----------	----------	--------------

NOTA 12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Contas	2022	2021
Irpj a pagar	-	465
Csl a pagar	-	362
Irrf a pagar	604	344
Iss a pagar	590	602
Cofins a pagar	4.563	4.225
Pis a pagar	987	912
Inss a pagar	280	280
Outros	4	10
Total	7.028	7.200

Segregação no balanço patrimonial	2022	2021
Circulante	1.955	2.747
Não circulante	5.073	4.453
Total	7.028	7.200

Os valores informados no grupo do não circulante estão vinculados aos depósitos judiciais, cujas discussões sobre a obrigatoriedade de recolhimento estão sendo realizadas judicialmente.

NOTA 13. PROVISÃO PARA COMISSÕES

Descrição	2022	2021
Provisão para pagamento de comissões	17.533	11.026
Total	17.533	11.026

A Sociedade, na sua política de vendas, mantém com seus vendedores internos e externos (parceiros comerciais) procedimento de vendas, do qual resulta, quando da venda das cotas de consórcio, em comissões a serem pagas em cronograma previamente estabelecido entre as partes.

NOTA 14. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO ANTECIPADA

Descrição	2022	2021
Taxa de administração antecipada	3.129	-
Total	3.129	-

Refere-se a recebimentos de taxa de administração por antecipação de parcelas ou por lances. A contabilização em receitas dos valores recebidos antecipadamente será efetuada pelo regime de competência em atendimento ao CPC 47 e Resolução BCB 120/2021.

NOTA 15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Descrição	2022	2021
Recebimentos grupos encerrados a ratear	-	1.429
Fornecedores diversos	1.092	1.104
Outras	154	26
Total	1.246	2.559

NOTA 16. IMPOSTOS DIFERIDOS - PASSIVO

Descrição	2022	2021
Imposto de renda	782	-
Contribuição social	282	-
Total	1.064	-

Os impostos diferidos são relativos ao imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) sobre as provisões temporárias de taxa de administração antecipada.

NOTA 17. PROVISÃO PARA PERDAS

Contas	2022	2021
Provisão para passivos trabalhistas	485	366
Provisão para passivos cíveis	327	-
Provisão para passivos contingentes*	23.131	21.447
Total	23.943	21.813

(*) Com relação aos recursos de consorciados não procurados, a Sociedade por meio da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios – ABAC – está discutindo judicialmente o direito de declarar, após ocorrido o prazo legal, a prescrição do direito dos consorciados em receber os créditos, com o que, se vencedora da tese, referidos valores prescritos serão revertidos à Sociedade administradora.

A Sociedade é, ainda, parte em processos em andamento, classificados como risco possível pelos seus consultores jurídicos externos. Tais processos totalizam em 31 de dezembro de 2022, aproximadamente, R\$ 2.905 mil (2021 – R\$ 2.870 mil).

NOTA 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a. Capital social

O capital social na data dos balanços é de R\$ 7.430 mil (sete milhões, quatrocentos e trinta mil reais), dividido em 7.430.000 (sete milhões, quatrocentas e trinta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

b. Reservas de capital

Constituída por incentivo fiscal e correção monetária de exercícios anteriores.

c. Reservas de lucros

Constituída pela transferência dos resultados de exercícios anteriores.

Para o exercício de 2022, a Administração propôs a transferência do lucro líquido do exercício para contas de reservas de retenção de lucros. Os sócios deliberarão sobre a sua manutenção em reservas ou a distribuição de lucros.

NOTA 19. PARTES RELACIONADAS

A Sociedade efetuou transações com a Paranapart Administradora de Bens Ltda., relativas à locação do imóvel, representando no 2º semestre R\$ 282 mil e no exercício R\$ 520 mil (2021 – R\$ 476 mil).

NOTA 20. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Descrição	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Receita operacional bruta			
Prestação de serviços	68.875	134.089	123.173
Total da Receita bruta	68.875	134.089	123.173
(-) Impostos sobre vendas	(10.302)	(19.990)	(18.074)
Receita operacional líquida	58.573	114.099	105.099

NOTA 21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Contas	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Receitas financeiras			
Renda de títulos e valores mobiliários	4.324	9.052	5.624
Recebimento de multas/outras	9.678	18.602	18.783
Total das receitas financeiras	14.002	27.654	24.407

Despesas financeiras			
Prejuízo de títulos e valores mobiliários	(461)	(1.472)	(3.290)
Varição monetária passiva	(1.393)	(2.692)	(1.360)
Outras despesas financeiras	(22)	(114)	(182)
Total das despesas financeiras	(1.876)	(4.278)	(4.832)
Resultado financeiro líquido	12.126	23.376	19.575

NOTA 22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Receitas e Despesas	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Recuperação de despesas	-	-	30
Baixa de ações judiciais	(38)	(66)	(70)
Total	(38)	(66)	(40)

NOTA 23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Descrição	Exercício 2022	Exercício 2021
Imposto de renda	(9.076)	(10.302)
Contribuição social sobre o lucro	(3.438)	(3.697)
Valores devidos	(12.514)	(13.999)

Descrição	Exercício 2022	Exercício 2021
Lucro antes dos impostos	32.400	43.188
(+) Adições	10.289	9.069
(-) Exclusões	(4.494)	(11.176)
Base de cálculo	38.195	41.081
Alíquota	32,76%	34,08%
Valor do imposto	(12.514)	(13.999)

Imposto de renda e Contribuição social – diferidos

Bases das diferenças temporárias	2021	Varição	2022
Provisão de comissões a faturar	11.026	6.507	17.533
Provisão contingentes – prescritos Bacen	17.236	1.739	18.975
Passivos contingentes – grupos ativos	4.211	(55)	4.156
Contingência trabalhistas e cíveis	366	446	812
Total das bases	32.839	8.637	41.476

Total do Irlp e Csl – diferidos ativos	2021	Varição	2022
Irlp	8.210	2.159	10.369
Csl	2.955	778	3.733
Total do diferido ativo	11.165	2.937	14.102

Bases das diferenças temporárias	2021	Varição	2022
Taxa de administração sem lance e antecipações	-	3.129	3.129
Total das bases	-	3.129	3.129

Total do IRPJ e CSL – diferidos passivos	2021	Varição	2022
IRPJ	-	782	782
CSL	-	282	282
Total do diferido passivo	-	1.064	1.064

Saldo de IRPJ e CSL – diferidos	11.165	1.873	13.038
--	---------------	--------------	---------------

NOTA 24. RESUMOS DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIO

	2022	2021
Posição das operações do consórcio nos períodos:		
Quantidade de grupos administrados	209	211
Bens entregues no período	4.300	4.363
Bens entregues no total	31.763	30.955
Taxa de Inadimplência	15,25%	15,99%
Quantidade de consorciados ativos	56.589	53.369
Quantidade de consorciados excluídos no período	2.361	2.434
Quantidade de consorciados excluídos total	34.155	32.296
Quantidade de bens pendentes de entrega	4.427	4.474

NOTA 25. APLICAÇÕES FINANCEIRAS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

As aplicações financeiras são efetuadas exclusivamente em quotas do BRADESCO H FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO TÍTULOS PÚBLICOS, CNPJ 00.885.762/0001-12, nos termos do artigo 6º da Circular nº 3.432/09 e estão demonstradas pelos valores aplicados mais os rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data do balanço (regime de competência).

NOTA 26. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade mantém contratos de cobertura de seguros em montante considerado suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, levando em conta a natureza e o grau de risco.

A cobertura de seguros, por natureza, em relação aos valores máximos indenizáveis está demonstrada a seguir:

Bens segurados	Data de vigência		Importância segurada
	De	Até	
Edifícios	17/08/2022	17/08/2023	9.000.000

NOTA 27. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Sociedade em 23 de março de 2023, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis, quando requeridos.



PARANAPART PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.
SÓCIO QUOTISTA
CNPJ 11.777.130/0001-51



ANYA S. VOSWINCKEL CELESTINO
SÓCIA QUOTISTA
CPF 802.389.989-91



JORGE KÖRGUT
CPF 316.351.219-49
TC CRC PR – 29.802/O-2